

Construção de uma cidade habitável, segura e bonita (1)



Construção de uma cidade habitável, segura e bonita (2)

Empenho na Optimização da Construção do Bem-Estar da População para Elevar o Nível de Vida da População



O Governo da RAEM tem persistido no princípio fundamental de agir em prol da população, no sentido de implementar a filosofia de governação de "melhorar a qualidade de vida em geral da população de Macau". Apesar dos desafios resultantes da pandemia da Covid-19 em relação à economia e às receitas financeiras de Macau, o Governo da RAEM garantiu a prioridade do bem-estar da população, tendo lançado, durante vários anos consecutivos, uma série de políticas em prol do bem-estar da população e aumentado, de forma estável e progressiva, as despesas com as acções vocacionadas para o bem-estar da população. Em relação ao orçamento da educação, saúde, segurança social e habitação, registou-se um aumento de 39,2%, em 2019, para 44,8% das despesas do orçamento geral em 2024, empenhando-se em salvaguardar o bem-estar da população.

Em 2024, o Governo da RAEM implementou várias políticas e medidas políticas, incluindo medidas em prol do bem-estar da população, de optimização da oferta de habitação, de promoção do emprego dos residentes, de aperfeiçoamento da segurança social e de melhoria dos serviços de saúde, melhorando consideravelmente o bem-estar da população.

Implementação contínua de medidas em prol do bem-estar da população

O Governo da RAEM continuou a implementar vários incentivos fiscais e medidas em prol do bem-estar da população, com vista a aliviar a carga dos residentes e melhorar a sua qualidade de vida. As despesas com as medidas em prol do bem-estar da população totalizaram, assim, 24,677 mil milhões de patacas, representando 28,07% do orçamento da despesa ordinária integrada. Em 2024, o valor orçado no Plano de Comparticipação Pecuniária, no Programa de Comparticipação nos Cuidados de Saúde, na subvenção do pagamento de tarifas de energia eléctrica destinada a unidades habitacionais, no Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo e nas demais medidas em prol do bem-estar da população totalizou cerca de 8,514 mil milhões de patacas.

No que diz respeito à segurança social, o Governo da RAEM providenciou uma protecção adequada aos idosos e aos grupos vulneráveis, atribuindo continuamente em 2024 o subsídio e pensão para idosos, a pensão de invalidez, entre outras, pagando, por outro lado, o subsídio de escolaridade gratuita e subsídio de propinas que envolveram um montante na ordem de 13,063 mil milhões de patacas.

O Governo da RAEM injectou, nos termos do "Regime de previdência central não obrigatório", a título de repartição extraordinária de saldos orçamentais, uma verba de 7000 patacas nas contas individuais dos residentes qualificados. A medida abrangeu aproximadamente 390 mil residentes beneficiários com um valor estimado em cerca de 3,1 mil milhões de patacas.

Implementação da política das cinco classes de habitação

A questão da habitação sempre tem sido o foco da sociedade. O Governo da RAEM colocou a solução do problema da habitação dos residentes numa posição importante. De acordo com a política das cinco classes de habitação em Macau, foram registados progressos significativos na construção de habitação pública. Nos últimos cinco anos, o Governo da RAEM concluiu seis projectos de habitação pública, tendo aumentado para 57.117, o número de fracções de habitação pública construídas, estando ainda em construção mais de 14.000 fracções.

A habitação social e a habitação económica fazem parte importante da política de habitação do Governo da RAEM. Em 2024, foi inaugurado o Edifício Mong Son - habitação social de Mong Há, com 1590 fracções, equipado de instalações comerciais e de estacionamento, facilitando a vida dos residentes. No que diz respeito à habitação económica foram concluídos os projectos de construção de habitação económica nos Lotes B4, B9 e B10 da Zona A, podendo satisfazer a demanda dos candidatos que apresentaram a candidatura à habitação económica em 2019, com 64,5% do rácio bonificado.

Com o aprofundamento do envelhecimento da população, o Governo da RAEM lançou o projecto da residência para idosos para resolver o problema de habitação dos idosos. Em 2024, foi concluído o projecto de construção de residências para idosos no Lote P dos Novos Aterros da Areia Preta, com 1815 fracções, podendo atender às necessidades do pedido do primeiro

grupo de candidatos.

A política de "habitação para a classe sanduíche" do Governo da RAEM serve de complemento à habitação pública e à habitação privada. Já se deu início à construção de habitação para a classe sanduíche no Bairro Iao Hon, decorrendo o concurso público da construção da primeira fase das fundações e caves, cujas obras também já arrancaram, disponibilizando, quando concluída, cerca de 250 fracções habitacionais.

Reforço dos cuidados aos idosos, crianças e grupos vulneráveis

O Governo da RAEM atribui grande importância ao cuidado de mulheres, crianças, idosos e grupos vulneráveis, aumentando vagas nos serviços. Até ao final de 2024, houve aproximadamente 2510 vagas de alojamento nos lares para idosos e 505 vagas nos serviços de cuidados diurnos em Macau. Por outro lado, em cooperação com instituições de serviços de cuidados domiciliar e serviços sociais, foi lançado o "programa-piloto de apoio aos idosos isolados", para monitorizar o número de passos dos idosos através de aplicação telemóvel, por forma a confirmar proactivamente as anormalidades caso forem detectadas.

O Governo da RAEM continuou a aperfeiçoar os serviços de cuidados médicos para idosos, e o "Programa de Prótese Dentária para Idosos" ampliou o seu âmbito de cobertura a todos os idosos elegíveis, sendo dada continuidade ao rastreio do cancro colorrectal e à cirurgia às cataratas dos idosos. Alargaram-se os serviços de consultas externas à distância aos vários lares de idosos.

No que toca ao alargamento dos serviços de reabilitação e de intervenção precoce, de 2019 a 2024, foi aumentado um total de cerca de 1010 vagas nos serviços de reabilitação, incluindo o acréscimo de serviços de apoio a pessoas com autismo de alta funcionalidade, empenhando-se em reduzir o tempo de espera do serviço de tratamento de intervenção precoce de crianças.

No âmbito de ensino, o Governo da RAEM concluiu a revisão do "Quadro da organização curricular da educação regular do regime escolar local" e promulgou o "Regime jurídico da Universidade Politécnica de Macau" e o "Regime jurídico da Universidade de Turismo de Macau", dando o início à construção das novas instalações pedagógicas da UTM.

Elevar o nível de tratamento de doenças para alcançar o objectivo de "tratar doenças graves sem sair de Macau"

Com o forte apoio e ajuda do Governo Central, o Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas - Centro Médico de Macau do Peking Union Medical College Hospital (Hospital Macau Union) foi oficialmente inaugurado em 2024. O Hospital Macau Union empenha-se em tornar num "Centro Médico Nacional", prestar serviços de cuidados médicos de alto nível e formar pessoal médico, esforçando-se para alcançar o objectivo de "tratar doenças graves sem sair de Macau". O Hospital dispõe de 26 salas de operação e uma previsão de mais de 1000 camas, introduzindo

tecnologias médicas avançadas.

O Governo da RAEM concluiu ainda a construção do Edifício de Especialidade de Saúde Pública dos Serviços de Saúde e de outras obras de infra-estrutura de cuidados de saúde, e realizou a formação pré-ingresso de médicos especialistas por forma a reservar pessoal médico e administrativo para o novo hospital.

Em conformidade com as Linhas Gerais do Planeamento da "China Saudável 2030", o Governo da RAEM elaborou o "Plano de Acção para Macau Saudável" em 2024, combinando com a conclusão da avaliação de desempenho no tratamento da diabetes feita pelos Centros de Saúde, e o reforço da construção do sistema de avaliação da qualidade da gestão das doenças crónicas, para elevar o nível de saúde dos residentes. Foram lançados, por outro lado, programas de "Restaurante - Alimentação Saudável", de "Empresas Saudáveis" entre outros, incentivando os residentes a usar a aplicação "Minha Saúde" para melhorar a capacidade pessoal de autogestão da saúde.

Exercício das Funções Legislativa e Fiscalizadora Consolida a Base do Estado de Direito da RAEM

Durante a 3.ª Sessão Legislativa da VII Legislatura da Assembleia Legislativa (AL) da RAEM (de 16 de Outubro de 2023 a 15 de Outubro de 2024), foram realizadas no total 35 reuniões plenárias e 145 reuniões das comissões, tendo sido apreciadas e aprovadas 23 leis e uma resolução, bem como nove deliberações simples do Plenário.

